

notícias  
da **FEDERAÇÃO**

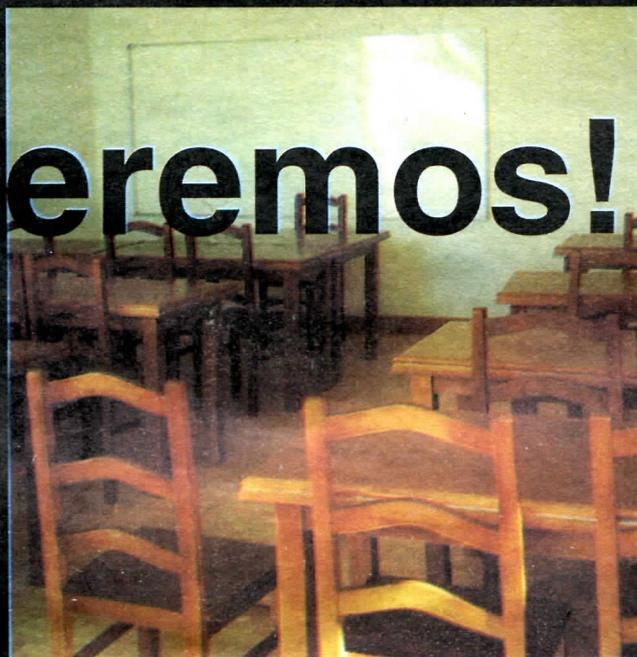


Directora: Manuela Teixeira

Jornal da FNE    Ano XI - nº5    Junho de 2000    Preço: 100\$00    Bimensal

# Não esqueceremos!

**Manifestação**  
19 de Junho  
Porto



**lutar de mãos dadas**

**Notícias da Federação**

Jornal da FNE  
Ano XI - Nº 6 Junho 2000

Preço : 100\$00

**Periodicidade**  
Bimensal

**Proprietário:**  
*Federação Nacional dos Sindicatos da  
Educação*

**Directora:**  
*Maria Manuela Teixeira*

**Colaboradores:**  
*João Dias da Silva  
Paula Borges*

**Design Gráfico:**  
*Paula Melo*

**Sindicatos Membros**  
*Sindicato dos Professores da Zona Norte  
Sindicato dos Professores da Zona Centro  
Sindicato Democrático dos Professores da  
Grande Lisboa  
Sindicato Democrático dos Professores do Sul  
Sindicato Democrático dos Professores dos  
Açores  
Sindicato Democrático dos Professores da  
Madeira  
Sindicato dos Professores das Comunidades  
Lusíadas  
Sindicato dos Delegados e Subdelegados  
Escolares  
Sindicato dos Técnicos, Administrativos e  
Auxiliares de Educação da Zona Norte  
Sindicato dos Técnicos, Administrativos e  
Auxiliares de Educação da Zona Centro  
Sindicato dos Técnicos, Administrativos e  
Auxiliares de Educação da Zona Sul e Regiões  
Autónomas*

**Impressão:**  
*Tipografia Nunes*

**Redacção:**  
*Rua Costa Cabral, 1035 - 4200 Porto*

**Distribuição:**  
*FNE*

**Registo** na D.G.C.S.  
*Nº 115519*

**Nº Depósito Legal**  
*53657/92*

**Tiragem:**  
*50 000*

## FNE reúne com Secretários de Estado

Na sequência da reunião havida com o Ministro da Educação em 10 de Maio, a FNE reuniu de novo no passado dia 17 com os Secretários de Estado do Ministério. Procurou-se nesta reunião calendarizar as próximas reuniões negociais, assim como iniciar o debate sobre os concursos do pessoal docente.

O início da negociação sobre a **regulamentação do Regime Jurídico dos Trabalhadores não Docentes** ficou agendada para o final do mês de Maio.

A negociação dos salários para o ano 2000, a regulamentação da atribuição do subsídio de residência e a cobertura eficaz da rede de Segurança Social serão pontos importantes da negociação que se irá iniciar no mês de Junho e que respeitará aos **Professores de Português no Estrangeiro**.

Nesta reunião a FNE apresentou, de novo, propostas relativas à **regulamentação dos aspectos que faltam do ECD dos Educadores e Professores**. Trata-se particularmente de regulamentar o artigo 49º do ECD, regulamentação esperada por muitos professores que pretendem candidatar-se à Menção de Muito Bom e às respectivas bonificações em carreira e da definição de novos índices para Mestres e Doutores prevista no adicional do Protocolo de Acordo assinado entre a FNE e o Governo em 11 de Dezembro de 1998. Não ficou claro o nível de compromisso do Ministério nesta última matéria pelo que a FNE espera uma resposta do ME que permitirá aferir da sua boa fé negocial.

O **subsídio de desemprego**, de cuja publicação a FNE se congratula está a ser alvo de dificuldades de interpretação pelos serviços pelo que a FNE exigiu que rapidamente fossem esclarecidos os mesmos, tendo-lhe sido garantido que na semana que se inicia no dia 22 será enviada a todos os serviços informação detalhada para que a operacionalização do decreto se concretize sem problemas dentro dos prazos legalmente previstos.

A FNE pretende ver este subsídio estendido aos **professores do ensino superior**, tendo para o efeito solicitado uma reunião urgente, reunião em que espera debater, também as carreiras destes professores.

Por último e porque a FNE sempre entendeu a **educação pré escolar** como fundamental para o desenvolvimento global harmonioso de todos os jovens, e porque entende que tal pressupõe um desenvolvimento deste subsistema com qualidade, propôs de novo a realização de uma reunião entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho, a União das IPSS e a FNE, no sentido de se procurar encontrar as soluções que permitam que os educadores de infância possam exercer a sua profissão de uma forma altamente qualificada não só no que diz respeito às condições de trabalho mas também no que respeita aos salários.

## Não esqueceremos!

Ao longo dos tempos os trabalhadores da educação - docentes e não docentes - têm mostrado que sabem reconhecer a disponibilidade negocial e as medidas efectivamente tomadas pelos Governos na defesa da Educação e na dignificação das suas carreiras. Têm mostrado, também, que não esquecem quando são mal tratados, quando critérios meramente económicos se sobrepõem à defesa dos valores em que acreditam. Tem sido assim ao longo da história da FNE que se inicia em Abril de 1974, com a criação dos primeiros Sindicatos livres em Portugal.

Ora o que o Governo actual está a fazer é, a todos os títulos, insuportável. **O Governo mente** aos trabalhadores da Administração Pública e ao País quando mantém a meta fixa da inflação nos 2%, quando todos os economistas afirmam que ela será bem superior; o Governo mente e ao país quando diz que actualizações salariais mais consistentes fariam disparar a inflação quando só o aumento das taxas de juro induz um menor consumo; o Governo mente ao país quando continua a afirmar o primado do diálogo e, na realidade, se mantém completamente surdo às perspectivas dos portugueses.

Às organizações sindicais cabe a tarefa histórica de **lutar por uma política diferente**. Somos o país da União Europeia com mais baixos salários e o rendimento das famílias tem-se vindo a agravar. A redução de poder de compra que vamos sofrer constitui um violento passo atrás no processo de harmonização convergência real com a Europa.

**Temos de resistir, não podemos esquecer.**

É verdade que o Ministério da Educação abriu algumas janelas de esperança num diálogo mais eficaz mas não foi ainda marcada nenhuma agenda negocial relevante que nos garanta a eficaz passagem das palavras aos actos. Dar-lhe-emos, assim, mais algum tempo para que desbloqueie importantes dossiers mas estaremos atentos ao desenrolar das negociações, logo que estas venham a começar.

Não convocaremos, por isso, uma nova greve por agora. Mas participaremos, com todos os trabalhadores portugueses, na grande jornada europeia de 19 de Junho que reunirá no Porto trabalhadores de todos os países da União. Lutaremos aí pelo emprego pleno e com qualidade; lutaremos, também, pelo direito a salários justos que é um direito que este Governo se recusa a respeitar.

**Todos juntos podemos obrigar o Governo a mudar. Todos juntos, em 19 de Junho mostraremos o que vale a força da nossa determinação!**

*Manuela Teixeira*

## VIII Congresso da UGT Decide Lutar “Por um País Desenvolvido e Solidário”

*Nos dias 5, 6 e 7 de Maio, decorreu na Culturgest, em Lisboa, o VIII Congresso da UGT, o qual definiu a orientação programática da Central para o próximo quadriénio e elegeu, para idêntico período, os seus dirigentes.*

Não se pode deixar de registar que este congresso teve a presença da maior representação sindical



internacional alguma vez realizada em Portugal em termos de centrais sindicais, registando-se nomeadamente a presença de todas as centrais sindicais dos

países da CPLP. Ainda em termos internacionais, registre-se a presença de um representante da OIT, do Secretário Geral da CISL.- ORAF e dos Secretário Geral e Presidente da CES.

O dia 5 de Maio foi ainda marcado pela realização de duas importantes iniciativas: um seminário internacional sobre a igualdade e um outro seminário internacional sobre cooperação e desenvolvimento.

O Congresso apreciou e depois aprovou, por esmagadora maioria, o relatório do secretariado nacional relativo ao último quadriénio, procedeu a algumas alterações estatutárias que visam melhorar o funcionamento da Central. Finalmente debateu e aprovou (sem votos contra) a Resolução Programática para o período de 2000-2004, e elegeu os novos dirigentes da Central para o mesmo período de tempo.

### A participação da FNE nos órgãos eleitos da UGT

Nos órgãos eleitos encontram-se vários dirigentes da FNE e dos seus Sindicatos membros, a saber :

- a **presidência da UGT** é assegurada pela Secretária Geral da FNE, Maria Manuela Teixeira;
- para o **Secretariado Nacional**, como efectivos, foram eleitos os membros do Secretariado Executivo José Ricardo Nunes, João Dias da Silva, Conceição Alves Pinto, Paula Borges, José Frade e Lucinda Manuela Dâmaso e o membro do Conselho Geral António Baptista de Carvalho; como suplentes foram eleitos os membros do Secretariado Executivo Rita Manso e Carlos Guimarães e os conselheiros Maria Edna Cardoso, Vítor Travassos, Maria Teresa Campos e Maria Manuela Carrito; foi, ainda, eleito como suplente um jovem dirigente do SPZN, Augusto Alexandre Dias;
- para a **Comissão de Disciplina**, como efectivos, Maria Arminda Bragança, membro da Direcção da FNE e Maria do Rosário Oliveira, membro do Conselho Geral; como suplente, o membro do Secretariado Executivo Aires Lopes.

## VIII Congresso da UGT Decide Lutar “Por um País Desenvolvido e Solidário”

Na sessão de abertura João Proença após ter saudado todos os convidados presentes e ter dado conta da mensagem enviada pelo Presidente da Repú-

blica reflectiu profundamente sobre o papel das organizações sindicais e a participação dos trabalhadores nas suas estruturas representativas.

### Momento de balanço - a Intervenção de João Proença no início do Congresso

Afirmou, pois que “Neste ano 2000, o VIII Congresso da UGT é momento de balanço e de lançamento das bases para uma acção sindical cada vez mais forte.

Num Mundo em Mudança, também os Sindicatos têm que **mudar nas suas estruturas e métodos**, mas **nunca os seus valores**.

Os valores sindicais da Justiça e da Solidariedade são cada vez mais necessários.

O movimento sindical reforça-se quando é capaz de fazer a ligação entre estes valores e os desafios do presente. Foi essa a razão de ser da UGT. É esta perspectiva que a mantém viva e cada vez mais forte. Porque consegue aliar os valores da autonomia,

da justiça, da solidariedade e da igualdade de oportunidades à inovação, à criatividade mas sobretudo à coragem para liderar a mudança.

Defendemos um sindicalismo de proposição e reivindicação, que assume o compromisso e não recusa o conflito. Um sindicalismo que sabe que só há mudança se soubermos assumir os acordos e que recusa o conflito pelo conflito.” Acrescentando, também que “os sindicatos têm que responder a novos grupos sociais: desempregados, pobres e excluídos, pensionistas e reformados. Confrontam-se com a multiplicidade de formas precárias de trabalho, que exige novas abordagens, na recusa de uma sociedade dual, em que, ao lado de trabalhadores permanentes e com direitos, existe um número cada vez maior de trabalhadores sem direitos, marginalizados do desenvolvimento e progressivamente afastados do mundo do trabalho” e que “os Sindicatos têm que ser agentes de mudança, com atenção à diversidade das situações existentes, mas condicionando a mudança aos valores sindicais.”

O Secretário Geral prosseguiu a sua reflexão lembrando o trabalho realizado ao longo destes quatro anos que agora findaram dando especial relevância aos Acordos de Concertação de Curto Prazo e Estratégico. Acordos importantes que permitiram melhorar as condições de vida e de trabalho dos portugueses. Porém e dado que a hora era de balanço o Secretário Geral expressou a insatisfação da Central e de alguma forma de todos os trabalhadores afirmando que “as previsões de inflação do Governo não têm credibilidade, ainda mais face aos aumentos dos combustíveis, que pelo seu valor, por se concentrarem no gasóleo, base dos transportes públicos e privados e pelo modo como foram anunciados, estão a provocar uma onda inflacionista.

E o Governo face a isto diz nada. Aumentou



## VIII Congresso da UGT Decide Lutar “Por um País Desenvolvido e Solidário”

unilateralmente os trabalhadores da Administração Pública em 2,5% e recusa reabrir o processo negocial, mesmo após o aumento dos combustíveis. Aplica por acto de gestão 3% na Carris e no Metro.

E os empregadores privados vão nesta onda. Em sectores fundamentais, como o têxtil e o vestuário, ainda não houve acordo, repetindo o que aconteceu em 1999. Sentem-se apoiados pela política de rendimentos do Governo, (ou pela ausência dela), bloqueiam a negociação, oferecendo valores muito inferiores ao crescimento da inflação e da produtividade.

A UGT não pode aceitar esta política.

A UGT manifesta o seu apoio à luta conduzida pelos seus Sindicatos. Apoiamos a greve do dia 9 na Administração Pública. Apoiamos as greves declaradas noutros sectores. Exigimos uma negociação séria e que o Ministério do Trabalho assuma as suas responsabilidades em termos de conciliação e na garantia do direito à negociação colectiva.”

### O Governo e a Concertação Estratégica

E porque na véspera do Congresso a UGT tinha realizado mais uma reunião no âmbito da Concertação Social, o Secretário Geral da UGT dela fez o balanço, não tendo poupado o Governo. O Secretário Geral da UGT ao referir a reunião da véspera disse que “a UGT e a CGTP tinham exigido uma reunião extraordinária da CPCS. Reclamaram a presença nessa reunião do Sr. Primeiro Ministro e das conclusões do pedido consta expressamente que era indispensável a presença do Ministro das Finanças e Economia.

O Sr. Primeiro Ministro não esteve presente. O Sr. Ministro das Finanças e da Economia, por razões claramente justificadas também não. O Governo recusou o pedido das duas Centrais Sindicais para adiar a reunião.

E passou-se o claramente inacreditável. A reunião foi um exercício puramente formal de concertação, sem qualquer conteúdo concreto.

A UGT quer dizer claramente ao Governo que não aceita esta situação. O Governo anterior tinha mudado de posição face à concertação nos dois últimos anos, limitando-se a concluir algumas medidas constantes do ACE.

Este Governo na CPCS tem-se comportado mais como árbitro do que como parte, que necessariamente é numa concertação tripartida. Desinteressou-se claramente da obtenção de um acordo de política de rendimentos, apesar das suas vantagens claras. Não assume as responsabilidades de parte e dinamizador da concertação, deixando-se ir na onda daqueles que privilegiam o conflito.

E daqui dizemos claramente ao Governo que é tempo de assumir as suas responsabilidades e de optar pela procura dos necessários consensos ou por criar condições para o reforço dos conflitos.”

### A UGT, a Educação e a Formação

Após este período de reflexão sobre a participação no movimento sindical e sobre a actuação do Governo face aos Acordos de Concertação Estratégica em termos de rendimentos, João Proença fez uma longa referência à Educação. Para ele “A Educação e Formação sempre foi para a UGT uma clara prioridade. No ACE foi-se longe, para muitos demasiado longe, na definição de objectivos e medidas que permitiriam alterar profundamente a situação existente. Mas não se atingiram em extensão, eficácia e qualidade, a globalidade dos objectivos propostos e está-se, ainda, longe de se alcançarem níveis educacionais equivalentes aos registados não só nos restantes países da UE como em alguns países candidatos ao seu futuro Alargamento.

Entende a UGT que permanecem especialmente preocupantes o volume de insucesso e de abandono escolares que se verificam no decurso do ensino obrigatório, (mais de 30 000 por ano) a falta de coerência e de passagens entre as várias opções de estudo no ensino secundário, a ausência de respostas

## VIII Congresso da UGT Decide Lutar “Por um País Desenvolvido e Solidário”

do ensino superior às necessidades dos jovens e dos adultos que procuram prosseguir estudos e a falta de articulação do ensino superior com o mundo do trabalho que, em boa parte, é responsável pela fraca empregabilidade dos diplomados. A incidência destas debilidades no conjunto dos recursos humanos mobilizados e mobilizáveis para o mercado de trabalho, continua a restringir a autonomia social, económica e política de grande parte dos portugueses e a atingir a qualidade e a sustentabilidade de muitos dos empregos ocupados e oferecidos.

Os avanços registados na educação pré-escolar foram positivos, mas ainda não se atingiu a sua generalização e pouco foi feito a nível do acompanhamento extra-escolar dos jovens que frequentam o ensino obrigatório.

A elevação do nível de habilitações de base dos educadores de infância e dos professores do 1º ciclo – que passam a aceder à formação com o grau de licenciado – foi uma reivindicação da UGT consagrada no ACE e que teve a sua concretização legal neste quadriénio. Esta é uma medida que pode melhorar significativamente a qualidade dos níveis iniciais de

educação e ensino.

Igualmente a significativa abertura de quadros de educadores e professores dos ensinos básico e secundário, decorrente de um acordo subscrito entre o Governo e os Sindicatos da UGT, concretiza uma orientação do ACE e pode constituir-se em melhoria da qualidade educativa.

Foi alargado o sistema de aprendizagem, mas permanece não generalizada a oferta de **vias profissionalizantes ao nível do ensino secundário** - ensino tecnológico e escolas profissionais – continuando a haver lacunas na **orientação escolar e informação profissional**.

A **formação contínua** assume-se entre nós como essencial, tanto no campo individual - manter o emprego ou (re)aceder ao emprego - como na perspectiva de desenvolvimento social, cultural e económico que nos aproxime da média europeia.

A Formação Contínua tem de se constituir tanto num valor para a competitividade das empresas como num valor para a realização integral dos trabalhadores e, assim, no factor mais decisivo do desenvolvimento nacional.”

### O Decorrer dos Trabalhos

Finda a sessão de abertura e de apresentação do Relatório de Actividades deram-se início aos debates e à apresentação dos pontos seguintes. Salienta-se



que a participação dos membros da FNE nos debates do

Congresso foi relevante ficando-se a dever a estes Congressistas os maiores contributos nas áreas da Educação e da Formação.

Antes da sessão de encerramento fez-se uma emotiva homenagem aos Povos de Moçambique e de Timor Loro Sae. Por Moçambique usou da palavra o Secretário Geral da Central OMT; em nome de Timor Loro Sae, o membro da direcção do CNRT, João Carrascalão. Ainda nessa sessão foi aprovada uma moção de **apoio à greve do dia 9 de Maio** tendo na ocasião usado da palavra o Coordenador da FESAP, a Secretária Geral da FNE e o Secretário Geral da UGT.

## Balanço dos Primeiros Seis Meses

*No passado dia 8 de Maio, véspera da Greve da Administração Pública a Federação Nacional dos Sindicatos da Educação, convocou os órgãos de Comunicação social, para darem voz ao balanço que faz aos seis meses de governação com especial relevância para a área da educação. Aqui reproduzimos na íntegra o texto dessa Conferência de Imprensa.*



Não tendo o Governo – eventualmente por falta de matéria – feito o balanço dos seus primeiros seis meses de governação, entendeu a FNE, vivamente preocupada com a política seguida apresentar o seu próprio balanço.

Esse balanço é totalmente negativo tanto na área do desenvolvimento de políticas como no das relações entre Governo e Organizações Sindicais.

Começando pelo sistema de relações entre o Ministério da Educação e as organizações sindicais devemos recordar que foi possível manter com a equipa anterior, liderada por Marçal Grilo, um relacionamento satisfatório que permitiu resolver muitos problemas e que criou um clima de paz social nas escolas, paz que tinha sido perturbada nos dois anos anteriores à tomada de posse do primeiro Governo Socialista.

Hoje consideramos que a posição se inverteu e que as atitudes que têm vindo a ser tomadas pelo Ministério da Educação, a não serem alteradas, conduzirão a uma crispação da vida das escolas que não é consentânea com a almejada melhoria da qualidade da Educação por que sempre lutamos.

A FNE sempre privilegiou o diálogo e a concertação pelo que, ao longo da sua história, tem tido mais ocasiões de diálogo do que de luta, tem celebrado mais acordos do que liderado greves mas, em todo o tempo, soube recorrer a uns e a outras dependendo exclusivamente da actuação do Governo o tipo de resposta da Federação.

Ora este Governo não tem resolvido problemas

dos trabalhadores da Educação e, pelo contrário, tem contribuído para a degradação das condições de trabalho nas escolas, como procuraremos evidenciar.

**1.** O Governo procura subverter as regras de negociação levando a debate no Conselho Nacional de Educação matéria de negociação obrigatória. A regra de jogo negocial supõe algum equilíbrio do poder das partes; neste caso concreto o Governo assenta a sua legitimidade na voto popular que lhe foi dado para defender o bem geral e as organizações sindicais têm a sua legitimidade baseada na representação dos trabalhadores. Quando o Governo vai ao Conselho Nacional de Educação (CNE) apresentar propostas e pedir que se realize um debate sobre matéria que posteriormente pretende negociar evidencia querer partir para a negociação com um eventual peso suplementar ilegítimo. Por isso mesmo a FNE decidiu não participar nesta reunião do CNE nem em qualquer outra em que o Governo se proponha discutir matérias do foro negocial.

**2.** Mas se esta atitude não bastasse o Governo vai apresentar ao CNE propostas que são absolutamente inaceitáveis porque, por um lado, põem em causa a lista graduada de professores segundo a qual se realizam os concursos, ou seja põem em causa a graduação profissional dos professores - que articula classificações académicas e tempo de serviço na profissão -, e, por outro lado, pretende remeter para as escolas um poder que estas tinham antes do 25 de Abril de 74 e contra o qual o Movimento Sindical se levantou como um todo imediatamente após a Revolução, já



## o Governo na Área da Educação

que esse se revelou sempre um poder discricionário. Parece que, também nesta área, o Governo pretende retirar transparência aos concursos como vem fazendo noutros sectores da actividade pública, comportamento que foi vivamente denunciado pelo Congresso da UGT que ontem terminou. Se o Governo quiser levar por diante esta filosofia terá que esperar a mais violenta reacção dos professores.

**3.** Sem qualquer negociação prévia, o Governo estabelece um novo calendário Escolar que põe em causa o próprio Estatuto da Carreira dos Professores e lhes causa uma sobrecarga insuportável. Na realidade os professores nunca pediram interrupções lectivas no interior dos períodos escolares; limitaram-se a aceitá-las quando o Governo anterior as decretou, considerando-as aceitáveis face ao cansaço evidenciado pelos alunos no meio de períodos mais longos, cansaço, aliás partilhado pelos professores. Às interrupções lectivas decididas pelo Governo anterior veio este novo Governo acrescentar mais uma interrupção – a das chamadas “férias da primavera” – que, aliás, consideramos absurda pelo que pode dar, e dará já em



2001/2002, um ritmo insuportável de aprendizagem. Só que agora impõe a abertura da escola aos alunos nesses períodos para actividades extra-lectivas. Ou seja, quando todos hoje reconhecem a dificuldade maior da

função dos professores, confrontados frequentemente com situações de violência nas escolas, o Governo decreta que os alunos estão cansados mas os professores não e que os alunos “cansados” devem ser atendidos pelos professores em actividades muito mais desgastantes do que as que decorrem da normal leccionação. Este diploma evidencia bem o divórcio que hoje existe entre o Ministério da Educação e os Professores. Não estamos dispostos a acatar um calendário escolar que se constitui num dos maiores atentados à qualidade do exercício da profissão.

Mas o Ministério que anuncia e toma **medidas contrárias aos direitos dos professores** não tem dado a mínima sequência a processos negociais com que assumiu compromissos, como evidenciaremos :

**1.** Violando um Decreto-Lei negociado com o anterior Governo, esta equipa ministerial ainda nem sequer iniciou as negociações para a regulamentação do Regime Jurídico dos Trabalhadores não docentes das escolas, tendo sido ultrapassados os prazos de negociação das seguintes matérias : criação de quadros regionais, definição de quadros de escola ou agrupamentos de escolas, regulamentação de concursos, ingresso na carreira de assistente de acção educativa através de concurso de avaliação curricular, regulamentação da avaliação de desempenho, da formação e dos critérios de equiparação a bolseiro. Em síntese, tudo o que constituem avanços qualitativos em carreiras negociados e concretizados com o anterior Governo.

**2.** Apesar de já por duas vezes termos insistido na abertura de negociações continua o Governo sem regulamentar importantes matérias estatutárias da carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário, como é o caso da definição dos critérios de avaliação extraordinária, que permite premiar o mérito no exercício profissional, a compensação salarial por obtenção dos graus de Mestre

## Balanço dos Primeiros Seis Meses do Governo na Área da Educação

e de Doutor por estes profissionais e dos incentivos à fixação na periferia (modo bem mais ajustado de resolver o problema da estabilidade dos professores do que aquela que agora querem propôr). Todas estas matérias são matérias que contribuem para a melhoria da qualidade na Educação que o Ministério teima em não enfrentar.

**3.** O vencimentos e a segurança social dos professores que trabalham no Estrangeiro devia ter sido negociada até ao termo do passado mês de Dezembro mas as negociações ainda nem sequer se iniciaram.

**4.** Também os Educadores de Infância que trabalham no sector social não têm tido a progressiva equiparação de carreiras com os do sector público que está prevista na lei, apesar da FNE vir a reclamar a resolução deste problema e tenha mesmo proposto ao Governo uma reunião tripartida entre o Governo (representado pelo Ministro da Educação e o Ministro do Trabalho e Solidariedade), as Uniões das Instituições de Solidariedade Social e das Misericórdias e a FNE. Tal reunião não foi concretizada por exclusiva responsabilidade do Governo.

**5.** A única matéria sobre que foi possível celebrar um Acordo diz respeito ao subsídio de desemprego para os educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário faltando, ainda, um diploma sobre o subsídio de desemprego para os professores do Ensino Superior, professores que continuam a não ver as suas carreiras revistas.

Este é o **ponto de não negociações** em que nos encontramos sem que, por outro lado se veja o Governo tomar medidas de política educativa que possamos apoiar. De facto,

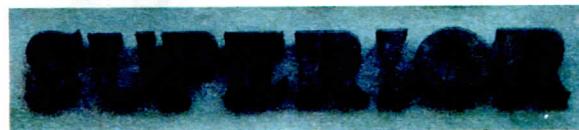
**1.** O anúncio da revisão dos currículos do ensino secundário mereceu as maiores críticas à FNE,

como a seu tempo anunciamos. Concluído o debate tomamos conhecimento das linhas gerais da revisão que aparentemente vão ao encontro das nossas críticas só que os planos de estudo concretos, sobre os quais se podem aferir os princípios gerais, continuam no segredo dos gabinetes.

**2.** O Governo não reviu, como propusemos o Estatuto do INAFOP (Instituto Nacional de Acreditação da Formação de Professores) mantendo uma situação inaceitável e de confusão institucional entre a Inspeção Geral do Ensino, o Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior e o INAFOP, aliás recentemente denunciada numa Conferência realizada em Lisboa. De referir que os poderes do INAFOP foram contestados pelo Conselho de Reitores, pelo Conselho Coordenador do Ensino Politécnico e pelo próprio Conselho Nacional de Educação.

**3.** A generalização do novo modelo de gestão das escolas está posta em causa por falta da tomada de medidas adequadas por parte do Governo.

**4.** Finalmente, o Governo veio dar um rude golpe na imagem do Ensino Superior divulgando um relatório de um Grupo de Missão que analisou o ensino



superior particular sem nunca ter visitado os estabelecimentos avaliados, fazendo apreciações que a generalidade das instituições contestou e, simultaneamente, não divulgando os resultados da avaliação levada a cabo no Ensino Superior Público o que tem dado lugar a especulações que põem em causa todo o importante subsistema de ensino superior, subsistema de que depende, em ampla medida, a qualidade do futuro que queremos construir.

## 1º de Maio de 2000 – a festa e a luta de mãos dadas

O 1º de Maio de 2000 caracterizou-se como habitualmente por ser um tempo de festa dos trabalhadores portugueses, mas foi, ainda como muitos outros 1º de Maio o foram já um tempo de luta de todos quantos trabalham na Administração Pública em particular.

Belém amanheceu cinzenta e chuvosa, mas amanheceu atarefada. No recinto os diversos elementos



dos sindicatos da UGT e nomeadamente da FNE, apressavam-se a preparar os pavilhões que estariam abertos ao público durante a tarde. Neles se procurava espelhar a actividade desenvolvida ao longo de todo um ano, de toda uma vida sindical, se procurava dar conta das apostas do futuro próximo ou mais longínquo.

Nos pavilhões da FNE e dos seus sindicatos membros a palavra de ordem era a da GREVE de 9 de Maio.

O tempo correu de favor e a tarde solarenta e quente encheu o recinto de trabalhadores e das suas famílias que vieram em conjunto festejar o movimento sindical livre e democrático e demonstrar o seu empenho nas jornadas de luta que se aproximam.

No meio da animação foi tempo da mensagem sindical e o Secretário Geral da UGT, a Presidente da UGT, ladeados pelos membros do Secretariado Nacional da UGT subiram ao palco e fizeram ouvir a sua voz.

João Proença iniciou o seu discurso relembrando que “em todo o mundo os trabalhadores comemoram o seu dia em festa e em luta.

Em festa saudando a luta daqueles que em Chicago há 114 anos lutaram pela semana das 48 horas, pelo direito a um trabalho digno, pelo direito ao trabalho e ao emprego.” Lembrando que também hoje e aqui os

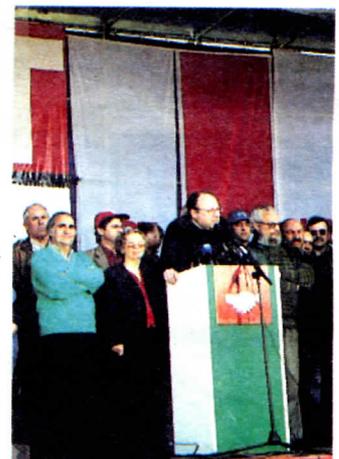
trabalhadores portugueses lutam “pelo pleno emprego, pela semana das 35 horas, por um trabalho com qualidade.” Lutam por “um país desenvolvido e solidário, sem pobres e excluídos, com igualdade de direitos, sem discriminações”.

E porque o dia 1º de Maio foi e é um dia de festa e de luta, o Secretário Geral da UGT afirmou com veemência que os trabalhadores portugueses dizem NÃO à política deste Governo. Política que permite ao Governo aumentar “os combustíveis de uma maneira desastrada, afectando o poder de compra dos trabalhadores e das famílias”; impôr na Administração Pública e no sector público “aumentos salariais claramente inaceitáveis”; fixar “metas de inflação irrealistas, para diminuir os aumentos salariais”. E claramente manifestou o seu apoio e o da UGT à luta dos Trabalhadores da Administração Pública, à greve do dia 9 de Maio, às legítimas reivindicações de “aumentos salariais condignos, (...) direito à negociação”.

O recado ao Governo não parou por aqui, e João Proença em nome dos trabalhadores filiados nos sindicatos membros da UGT exortou o Governo a desenvolver uma política diferente. Uma política que “aposte no crescimento dos salários reais, na melhoria das pensões e na recuperação das pensões degradadas; promova serviços públicos de qualidade na educação, na justiça, na saúde; promova o progresso económico lado a lado com o progresso social; aposte numa política de mais e melhor emprego; garanta os direitos de quem trabalha; combata a pobreza e a exclusão”.

A mensagem final de João Proença foi para todos os trabalhadores. Exortou, pois, a que “neste 1º de Maio, início do milénio saibamos lutar, na afirmação dos valores sindicais da justiça e da solidariedade.

Com a UGT cada vez mais forte e representativa, filiados nos seus Sindicatos construamos juntos o nosso futuro”.



## A Resolução Programática que guiará os destinos da UGT nos próximos quatro anos

Dada a impossibilidade de reproduzirmos na íntegra a resolução programática, deixam-se seguidamente algumas notas relevantes:

“A valorização dos recursos humanos será, sem dúvida, um dos grandes desafios da sociedade portuguesa a médio e longo prazo.

“O futuro desenvolvimento assenta profundamente nas inovações tecnológicas, sobretudo nas tecnologias de informação e de comunicação, e na sua incorporação no meio empresarial.

“A criação de empregos, em quantidade e com qualidade – desafio que se encontra fortemente interligado ao da valorização dos recursos humanos – deve ter como objectivo de médio e longo prazo o Pleno Emprego, por forma a alcançarmos uma sociedade económica e socialmente coesa, quer no plano interno, quer no plano externo. A criação de empregos de qualidade deverá condicionar a definição de qualquer estratégia de desenvolvimento para o país.

“**A UGT diz claramente não à perda direitos sociais.** A sociedade e a economia não podem continuar a permitir que a resposta às exigências de modernização e de adaptação das empresas continue a ser feita à custa dos trabalhadores: da perda de direitos sociais, do incumprimento das normas de trabalho, do aumento de desemprego, do aumento da precaridade e da instabilidade do emprego, do afastamento do mercado de emprego de grupos de trabalhadores como os mais idosos, as mulheres, os menos qualificados e os jovens, do aumento da pobreza e da exclusão social e do aumento das desigualdades na distribuição de rendimentos e qualidade de vida entre os cidadãos.

“Um desenvolvimento equilibrado e sustentado que promova uma verdadeira coesão económica e social é certamente o objectivo último de qualquer estratégia de crescimento e de desenvolvimento.

“**O sindicalismo do século XXI tem que ser reivindicativo, mas também propositivo, de acção e de compromisso, de diálogo, concertação e negociação.**”

“Tem que ser um sindicalismo assente na defesa de uma sociedade democrática e participada, que começa por praticar esses valores no seu seio.

“Tem que defender a igualdade de oportunidades e combater todas as formas de exclusão, mas

sabendo que só tem legitimidade para reivindicar quando pratica internamente aquilo que defende.

“**O sindicalismo do século XXI assume a solidariedade como valor central,** mas esta não pode significar, apenas, a defesa dos direitos dos seus representados, mas também a luta por uma sociedade mais justa e solidária, sem pobres e excluídos, que recusa o racismo e a xenofobia, que promove a integração da comunidade imigrante.

“Os sindicatos são cada vez mais necessários, na sua luta pela justiça e pela solidariedade, contra as desigualdades e as discriminações.

“Os sindicatos têm que responder a novos grupos sociais: desempregados, pobres e excluídos, pensionistas e reformados. Confrontam-se com a multiplicidade de formas precárias de trabalho, que exige novas abordagens, na recusa de uma sociedade dual, em que, ao lado de trabalhadores permanentes e com direitos, existe um número cada vez maior de trabalhadores sem direitos, marginalizados do desenvolvimento e progressivamente afastados do mundo do trabalho.

“A melhoria das qualificações é hoje uma questão central não só para melhorar a qualidade do emprego, mas também como factor básico de competitividade económica e social. **O nosso País tem que apostar nos seus recursos humanos,** o que implica uma forte aposta na educação, na formação inicial e na formação ao longo da vida.

“A melhoria dos salários e pensões permanece como reivindicação fundamental, no combate aos seus baixos valores e à desigual repartição dos rendimentos.

“A progressiva convergência real tem que ser um objectivo de política económica e social. Nos próximos dez anos temos que nos aproximar de um modo acelerado das condições médias de vida e de trabalho existentes na União Europeia. **A União Europeia não pode ser apenas um instrumento para a convergência nominal, mas antes uma base para um desenvolvimento mais rápido e uma melhor repartição dos rendimentos.**

“A globalização é uma realidade política, económica, social e cultural, que deve ser encarada pelo movimento sindical como um desafio e que, por trazer novos problemas e novas questões, exige uma profunda reflexão e respostas adequadas.”

## A Globalização da Justiça Social Foi a Palavra de Ordem do 17º Congresso da CISL

Entre 3 e 7 de Abril, decorreu em Durban, na República da África do Sul, o 17º Congresso da Confederação Internacional de Sindicatos Livres (CISL).

A delegação portuguesa era constituída por um conjunto de representantes da UGT, a única Central Sindical que é membro daquela organização internacional: o secretário-geral da UGT; João Proença, a Presidente da UGT, Manuela Teixeira (se-

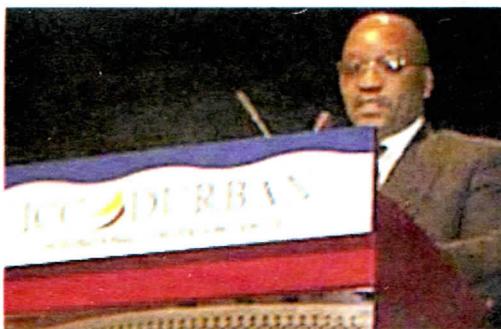
cretária-geral da FNE), João Dias da Silva, Presidente do SPZN, Firmino Marques, Presidente do SBN, Rui Oliveira e Costa, do secretariado executivo da UGT, e José Fonseca Barros, Presidente do SNPAVC.



Neste Congresso participaram cerca de 1000 sindicalistas de todo o mundo, em representação de 165 organizações sindicais de 145 países.

O Congresso contou com a presença do Vice-

Presidente da República da África do Sul, J.G. Zuma, o qual dirigiu uma



mensagem a todos os participantes na sessão de abertura dos trabalhos.

Ainda na sessão de abertura, foi transmitida uma mensagem do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, o qual afirmou a finalizar que "juntos podemos mudar o caminho do mundo".

Também na sessão de abertura, o secretário-geral da CISL, Bill Jordan, dirigiu ao Congresso uma importante mensagem de enquadramento das discussões, onde a questão da globalização das economias e das suas consequências para os trabalhadores de todo o mundo foi enfatizada, apelando ao movimento sindical

internacional a que encontre fórmulas renovadas de intervenção social que defenda a justiça social para todos.

O secretário-geral da UGT dirigiu-se ao Congresso no segundo dia de trabalhos, tendo iniciado o seu discurso assinalando que " Em todo o mundo os trabalhadores lutam por mais e melhor emprego, por mais justiça social.

Num mundo onde crescem as desigualdades, aumenta a pobreza e a exclusão social, o Movimento Sindical luta por mudar essa globalização das multinacionais e da especulação financeira.

Hoje em cada 100 dólares que circulam no mundo só 2 estão ligados à troca de bens e serviços. Os restantes 98 são, sobretudo para a especulação financeira, para o lucro fácil. Esta circulação de capitais sem controlo põe em causa as economias nacionais. Há que impôr uma regulação internacional que inclua também as Zonas Francas e obrigar estes capitais a pagar impostos.

Não podemos aceitar que as trocas comerciais se façam na base da exploração dos trabalhadores,



Bill Jordan

## A Globalização da Justiça Social Foi a Palavra de Ordem do 17º Congresso da CISL

muitas vezes através do trabalho infantil ou do trabalho precário, sem direitos. O respeito pelas Convenções fundamentais da Organização Internacional de Trabalho é a base para um crescimento com progresso social e tem que ser a linha fundamental de intervenção sindical tanto a nível nacional como a nível internacional.

As mulheres e as crianças são as principais vítimas desta globalização, o que reforça a importância da nossa luta pela igualdade de oportunidades e pelos direitos das crianças.

A democracia política é fundamento insubstituível de Organização das nossas Sociedades mas tem de estar associada à democracia económica e social, à luta contra as discriminações, ao reconhecimento, como direitos fundamentais, do direito à educação e formação ao longo da vida, à justiça e à protecção social.

Como tem que estar associada à Cooperação e ao Desenvolvimento. Não podemos aceitar que em muitos Países, em particular nesta sacrificada África, centenas de milhões de pessoas estejam condenadas à pobreza, a uma vida sem direitos, à guerra e à fome.

É indispensável cancelar a dívida aos Países pobres. Mas esta medida não é suficiente.

É necessária uma política de cooperação que acabe com a fome e o atraso, que promova um desenvolvimento sustentado, com mais emprego e melhores salários.

O que exige o direito à acção sindical, à negociação colectiva e à greve; com Sindicatos livres, democráticos, representativos. E sabemos bem o quão difícil é a acção sindical em países em que predomina o trabalho agrícola e o trabalho informal, em que nos embrionários sectores industrial e dos serviços prevalece uma posição anti-sindical.

Daí a necessidade de trabalharmos juntos.

Trabalharmos juntos na organização, formação e acção sindical.

Trabalharmos juntos no combate à pobreza e à exclusão e por um desenvolvimento sustentado.

Trabalharmos juntos na defesa de serviços públicos com qualidade e para todos na Educação e na Saúde, também com um papel activo nas políticas de emprego.

Trabalharmos juntos na CISL e com a CISL na defesa da ratificação das convenções fundamentais da OIT, na luta pela mudança do processo de globalização, pelo progresso económico e social, pela PAZ.

Trabalharmos juntos no reforço da CISL, numa intervenção cada vez mais actuante, com reforço do debate interno e da participação, numa acção com maior eficácia e visibilidade, a nível internacional mas também a nível dos trabalhadores que representamos.

Permitam-me, para terminar, uma saudação ao povo da África do Sul que venceu o apartheid e uma palavra especial de solidariedade com o povo vizinho de Moçambique, vítima de trágicas inundações".

Ainda no segundo dia de trabalhos, a delegação da UGT convidou para um encontro as delegações das confederações sindicais dos países africanos de língua portuguesa, tendo-se aproveitado a oportunidade para reiterar a disponibilidade da UGT para continuar uma colaboração activa e permanente na consolidação de um sindicalismo livre em todos esses países. Aliás, foi bem patente o cordial relacionamento que neste momento se estabelece entre a UGT e todas as Centrais Sindicais da CPLP.

No penúltimo dia de trabalhos, a delegação da UGT ofereceu à Direcção da Associação de Portugueses uma recepção, na qual esteve presente o Cônsul Português em Durban, o qual ofereceu um almoço de despedida à comitiva nacional, no último dia do Congresso.

## Reunião com Ministro da Educação Esclarece Questões Críticas

*No dia 10 de Maio, realizou-se uma importante reunião entre o Ministro da Educação e a FNE, na sequência de um pedido urgente da nossa Federação, surgido perante um conjunto de questões da área educativa que se revelavam de grande importância. Esta reunião permitiu o esclarecimento de algumas das questões em agenda.*

### Alteração do Regime de Concursos

A FNE tinha sido surpreendida por uma convocatória de reunião do Conselho Nacional de Educação para tratar da questão dos concursos de docentes e por um conjunto de notícias que davam



conta de uma alteração do regime desses concursos. Desde logo a FNE decidiu não participar na referida reunião do Conselho Nacional de Educação, por considerar que esta matéria não pertence ao âmbito de intervenção desse órgão, cabendo exclusivamente à mesa de negociações entre o Governo e as organizações sindicais.

Assim, na reunião com o Ministro a FNE exigiu explicações sobre esta transferência de âmbito de discussão, manifestando desde logo a sua discordância em relação à intervenção deste órgão e assinalando ao Ministro que um tal procedimento corresponderia a uma alteração do modo de intervenção do Ministério em mesa negocial, fazendo com que o Governo aparecesse suportado por uma legitimidade superior se detivesse um parecer do Conselho Nacional de Educação. Deste modo, o processo negocial enfermaria



desde logo de uma diferença de posições insuportável.

O Ministro comprometeu-se a que o Conselho Nacional de Educação não emitiria qualquer parecer formal em relação à matéria de concursos de docentes e garantiu ainda que o Ministério não abria nenhum processo de consulta pública entre os professores, de forma que a representação destes fosse



asseguradamente garantida pelos sindicatos.

Em relação a esta matéria, o Ministério anunciou que o processo formal de negociações relativo a concursos abriria no início do próximo ano lectivo, e com base numa proposta concreta que nessa oportunidade o ME haverá de apresentar.

### Calendário Escolar

Outra matéria que preocupava a FNE era a da definição do calendário escolar, nomeadamente em relação a alguns pontos que punham em causa o Estatuto da Carreira Docente. Assim, a FNE reclamava que a anunciada abertura das escolas por ocasião das interrupções das actividades lectivas não tivesse que ser assegurada

## Reunião com Ministro da Educação Esclarece Questões Críticas

por professores e que essa disponibilização das instalações escolares fosse assegurada pela nova categoria de assistentes de acção educativa, criada na recente legislação que contém o novo regime jurídico dos trabalhadores não docentes das escolas. Aliás, a FNE anunciou ao Ministro que lutaria por todas as formas disponíveis no sentido de impedir que tais orientações viessem a ter concretização.

O Ministro garantiu que o Estatuto da Carreira Docente será escrupulosamente cumprido, não sendo exigidas aos professores novas obrigações para além daquelas que a definição dos respectivos deveres estabelece.

Deste modo, serão emitidas orientações para as escolas que evitem que aos professores sejam atribuídas tarefas a que não podem ser obrigados.

### Resultados da Avaliação Aferida

A FNE questionou também o Ministro sobre a divulgação dos resultados da avaliação aferida que este ano ocorre no 4º ano de escolaridade do 1º ciclo do ensino básico, salientando que não aceitaria que uma tal divulgação conduzisse ao conhecimento dos resultados de uma tal avaliação que permitisse a comparação entre escolas. Na perspectiva da FNE, não se podem comparar realidades não comparáveis, e sendo as escolas todas diferentes – quer em si próprias, quer nos contextos em que se inserem – não se aceita que se possam pôr em comparação.

O Ministro assegurou que a divulgação dos resultados será feita sem que daí resulte o estabelecimento de um qualquer “ranking” de escolas.

### Outras Matérias

A FNE abordou ainda nesta reunião um conjunto de outras matérias relevantes que têm sido objecto de frequentes chamadas de atenção ao Ministério da Educação e que, nuns casos, evidenciam incapacidade de tomada de decisão e, noutros casos, mostra como o

Governo mantém paralizados processos negociais extremamente importantes, com de seguida se explicita.

### INAFOP

A FNE lamentou a ausência de medidas que visem alterar o estatuto do INAFOP recordando que a sua opinião é partilhada por múltiplas instâncias.

O Ministro afirmou que ainda é possível introduzir adaptações, correcções, aperfeiçoamentos na legislação em vigor e que está disponível para as considerar em tempo oportuno.

A FNE entende que é imperativo tomar medidas enquanto não é demasiado tarde.

### Regulamentação do regime jurídico dos trabalhadores não docentes das escolas

A FNE recordou que não é aceitável que o decreto lei pertinente continue por regulamentar quando a conclusão da sua negociação correu há cerca de um ano e a ausência de regulamentação retira eficácia ao acordado. O Ministro anunciou que está já constituído o grupo negocial por parte do ME e que portanto as negociações poderão iniciar-se em breve.

### Professores de português no estrangeiro

O Ministro comunicou que está em fase de conclusão a definição do grupo negocial por parte do ME, de forma a que as negociações possam começar.

### Regulamentação do estatuto da carreira dos educadores e professores

A FNE exigiu o início de negociações sobre as matérias ainda por regulamentar e que criam profundo mal estar entre os docentes.

Ficou decidido realizar uma nova reunião em que seja possível estabelecer um calendário preciso para as negociações propostas.

**Agora informações actualizadas através do endereço da FNE na  
INTERNET**

**Para aceder à nossa homepage digite:**

**www.fne.pt**